

Formação superior e mercado de trabalho: a reconfiguração do campo jornalístico no Brasil nos anos 2000

Jacques Mick¹

Resumo:

Dois fatores opostos contribuíram para a ampliação da categoria dos jornalistas no Brasil e a diversificação de suas atribuições nos anos 2000: a expansão na oferta de cursos superiores na área e, em sentido inverso, as decisões judiciais que puseram fim à exigência de formação superior para o exercício da profissão. Assim, em paralelo às mudanças estruturais relacionadas à convergência digital (multifuncionalidade, intensificação da exploração do trabalho, entre outras), durante toda a década o mercado de trabalho foi transformado pelo ingresso tanto de trabalhadores com formação universitária, quanto de trabalhadores sem habilitação específica, ambos reivindicando a condição de jornalistas. O artigo analisa o impacto, sobre o mercado de trabalho, da oferta crescente de egressos de cursos superiores de formação de jornalistas, levando em conta as particularidades regionais da distribuição dessa oferta. O problema é considerado a partir da produção bibliográfica recente sobre as novas identidades profissionais dos jornalistas. A reconfiguração do campo é interpretada à luz dos diversos tipos de capital (notadamente o escolar) mobilizados pelos agentes que o compõem.

Palavras-chave:

Profissões; jornalismo; ensino superior; capital escolar.

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço eletrônico: jacques.mick@ufsc.br.

Introdução

Poucas profissões sofreram tantas metamorfoses, nos últimos vinte anos, como a dos jornalistas brasileiros. Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se reconfiguraram inteiramente as possibilidades de atuação dos jornalistas – e em que, a julgar por indícios disponíveis, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente.

Investigações recentes têm estimulado novas percepções sobre a identidade profissional dos jornalistas, permitindo a revisão de teses sobre a categoria formuladas nas décadas anteriores. No início dos anos 1990, pesquisa de Travancas com profissionais de imprensa, rádio e televisão apontara o papel central da profissão na vida e na identidade dos jornalistas. Ao aderirem ao jornalismo, esses indivíduos aceitariam sacrificar outras relações sociais, como as familiares e de parentesco (Travancas, 1993). O estudo de Abreu (2002) caracterizou os jornalistas que trabalhavam em postos estratégicos da imprensa brasileira até os anos 1970 como dotados de envolvimento político e ideológico, agindo em função de valores e utopias, tais como os intelectuais. A partir da expansão do alcance midiático e da redefinição dos conteúdos e processos produtivos, no contexto da redemocratização, os jornalistas teriam abandonado o romantismo e a ideologia, e tenderiam a se reconhecer como *experts* em uma atividade profissional assalariada semelhante a outras.

Estudos de Fonseca (2008a; 2008b; Fonseca; Kuhn, 2009), sob a perspectiva da economia política da comunicação, analisaram transformações no perfil da categoria decorrentes da transição do regime de produção taylorista-fordista para o pós-fordista, típico da etapa contemporânea do capitalismo². Interessada em investigar a autopercepção dos jornalistas sobre seu papel social, a autora também parte do pressuposto de que

está em curso uma mudança de perfil, de valores, de identidade e de representação do jornalismo e do jornalista na sociedade, e que essas mudanças estão relacionadas a movimentos mais amplos de reestruturação

² No jornalismo, a informatização das redações entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 foi o marco dessa transição.

social, condicionados pelo desenvolvimento das tecnologias e pela expansão do capital (Fonseca; Kuhn, 2009, p. 63).

Fonseca costuma destacar que, atualmente, os profissionais são pressionados a acumular funções, no processo cristalizado na imagem do jornalista multimídia; devem subordinar-se à aceleração do tempo entre o procedimento de apuração e a produção do relato (tanto em mídias tradicionais, quanto online) e ao controle cada vez mais rigoroso dos prazos industriais de fechamento; e têm intensificada a exploração de sua jornada de trabalho. A autora acredita que a expansão na oferta de cursos superiores na área provocou uma inflação no número de profissionais no mercado, produzindo aumento da concorrência e desagregação da categoria, com a fragilização dos sindicatos.

Diversos estudos destinaram-se detalhes dessas transformações. Alguns se voltaram a compreender os impactos sobre a profissão das alterações nas estruturas de propriedade da mídia – notadamente, concentração e subordinação das empresas jornalísticas a conglomerados com múltiplos interesses. Fonseca (2008b) analisou o trabalho nas mídias do Grupo RBS, em especial o diário Zero Hora. Outras pesquisas buscaram entender as alterações no ofício produzidas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, como a de Baldessar (2003). Pereira e Adghirni (2011) incluíram as metamorfoses no perfil profissional entre as três principais frentes de mudanças estruturais no jornalismo (as outras são as transformações na produção e nas relações com os públicos):

Pressionado pelas novas tecnologias, pelo crescimento de setores de comunicação organizacional e de jornalismo de entretenimento, pela participação ativa do público e pela democratização das formas de acesso ao espaço público midiático, o jornalista profissional parece vivenciar um momento de indefinição. [...] O encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais e o aumento da carga horária dos jornalistas – resultado da “crise” dos processos de convergência – vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas. Os empregos informais, como free-lancers ou os contratos como pessoa jurídica predominam nas redações brasileiras. A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é outra prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais e a salários

mais baixos. A prática de realização de cursos de treinamento pelas próprias empresas ganha força agora que o diploma de jornalista não é mais obrigatório para o exercício profissional. Cada empresa é livre para impregnar suas matrizes ideológicas nos jovens em formação. Mais jovens e inseguros quanto ao emprego, os jornalistas tendem a relativizar os padrões impostos pelos códigos deontológicos e o pensamento crítico – resultado da formação universitária – em nome dos valores do mercado (Pereira; Adghirni, 2011, p. 39; p. 48).

Um amplo estudo recente, realizado sob os auspícios do IPEA, indica alguns tópicos para o estudo dos efeitos, sobre a profissão, da multiplicação dos cursos superiores de formação de jornalistas (Castro; Melo; Castro, 2010, em 3 vol.). Em artigo publicado num desses volumes, Franciscato et al. (2010) observaram que, até o final dos anos 1980, o país tinha apenas 100 cursos de graduação em Comunicação Social, divididos entre as diversas habilitações da área e fortemente concentrados em São Paulo e Rio de Janeiro. “E, claro, muitos estados não tinham sequer uma escola de formação universitária na área até o início da década de 1990” (Franciscato et al., 2010, p. 103). As políticas de expansão do ensino superior no país desenvolvidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com estratégias distintas, alteraram radicalmente essa distribuição, nas duas décadas seguintes. “Em 2010, o Brasil possui números bem diferentes. Com 190 milhões de habitantes, cerca de 85% residindo na área urbana, o País tem hoje cerca de 1.300 escolas superiores em Comunicação Social, com mais de 400 cursos na habilitação Jornalismo” (id., ib., p. 105). Os autores, vinculados ao Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, estimaram em 60 mil o número de estudantes matriculados nesses cursos em 2010.

Os autores afirmam – sem apresentar dados – que a expansão no número de cursos de graduação em Jornalismo ocorreu em paralelo à redução no número de postos de trabalho nos meios tradicionais de informação, em função da informatização. Por outro lado, abriu novos espaços para a atuação dos jornalistas como professores: “de uma estimativa de 1.500 docentes que, em 1990, atuavam nos então cursos de Jornalismo existentes no País, passa-se, em 2010, para um número estimado em 6.000 professores

que trabalham nas escolas nesta área de formação universitária” (id., ib.).³ Num estudo sobre o campo acadêmico da comunicação no Brasil, Gobbi (2010) analisou as taxas de formação de mestres e doutores na área durante a primeira década do século 21 e sua distribuição em atividades de ensino. A autora constatou que o número de pós-graduados é insuficiente para atender a demanda de ensino e pesquisa em todas as regiões do país (Gobbi, 2010, p. 43).⁴

O número de escolas de jornalismo cresceu continuamente. Com potencial para formar a cada ano milhares de novos jornalistas (com ou sem registro profissional), tal rede de instituições atua de modo reticular, e seus efeitos sobre o mercado de trabalho escapam à capacidade de observação dos sindicatos da categoria e ao alcance da fiscalização do Ministério do Trabalho.⁵

Em 17 de junho de 2009, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a exigência do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão, por considerá-la inconstitucional.⁶ A decisão criou um novo ambiente jurídico, legitimando o exercício da profissão por indivíduos sem formação superior específica – prática até então ilegal, embora frequente entre empregadores, jornalísticos ou não. Levantamento do Ministério do Trabalho constatou que aproximadamente 40% dos registros emitidos entre julho de 2010 e junho de 2011 foram solicitados por trabalhadores sem diploma⁷ (Vasconcelos, 2011).

³ “As variadas formas e relações de trabalho em IES de diferentes regiões e estados do Brasil dificultam inclusive o mapeamento das condições de ensino e trabalho, por parte dos professores. Tais variações vão desde a condição de professor horista (que tem contrato de remuneração apenas pela hora do tempo físico, direta, em que ministra aula) à de docentes que se dedicam, em tempo integral, às referidas IES, atuando em variadas ações que envolvem o ensino superior (da graduação à pós-graduação). No intervalo entre as duas condições, há professores em tempo parcial apenas para aula, em tempo parcial com dedicação para aula e atividades de pesquisa ou extensão. Além daqueles com tempo de 30 ou 40 horas, dividido entre atividades de ensino, pesquisa ou extensão”. (Franciscato et al., 2010, p. 106).

⁴ Além da formação de mestres e doutores em volume inferior ao necessário para dotar de qualidade a oferta de ensino superior na área, parte significativa dos titulados atuam em áreas administrativas ou técnicas. Somente 64% dos doutores (896) e 29% dos mestres (1083) formados naquela década na área da comunicação trabalham em ensino (Gobbi, 2010, p. 45). A maior parte dos doutores atua no ensino superior público; dos mestres, a maioria está no ensino superior privado (id., ib., p. 49).

⁵ Há cursos de jornalismo até em cidades de pequeno porte, Campo Limpo Paulista (SP, 75 mil habitantes) ou Xaxim (SC, 25 mil habitantes).

⁶ A decisão do STF analisou, em última instância, ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. A decisão de primeira instância surgiu em janeiro de 2003, na 16ª Vara Cível de São Paulo. O resultado da votação no STF desagradou entidades de defesa dos jornalistas brasileiros e parte da sociedade civil. Atualmente tramitam no Congresso Nacional propostas de emendas constitucionais que restabelecem a exigência de formação superior específica para o exercício do jornalismo.

⁷ O percentual pode ser tão elevado em função de demanda reprimida, e talvez não se repita em outro ano. Pode ser explicado pela combinação de três razões: incerteza administrativa posterior à votação no STF,

A convivência entre profissionais graduados e não graduados (com ou sem registro profissional) pode ser constatada empiricamente em muitos dos espaços de atuação dos jornalistas no país. Não há dados sobre a proporção de cada um dos grupos, embora o expressivo crescimento na oferta de cursos superiores na área nas últimas décadas permita supor que a presença de não-diplomados no mercado seja minoritária. É provável que, em função da decisão do STF, a parcela de jornalistas sem formação tenha sido renovada, mas número considerável de empresas jornalísticas (e não-jornalísticas que empregam profissionais da área) continua a priorizar a contratação de diplomados.⁸

O jornalismo é uma profissão em transformação, e os critérios que definem o que é ou não jornalismo espelham lutas de poder internas ao campo jornalístico. O artigo pretende refletir sobre o impacto da expansão dos cursos superiores na configuração do campo e formular hipóteses sobre as estratégias adotadas por jornalistas com formação universitária para inserção no mercado de trabalho, levando em conta o capital escolar de que dispõem. Para tanto, apresenta uma análise da evolução da oferta de cursos superiores de jornalismo no Brasil entre 1970 e 2010, com dados agregados por década. A oferta é analisada em três dimensões: distribuição entre instituições públicas e privadas; distribuição por região do país; distribuição por porte do município.

Os dados foram recolhidos no primeiro semestre de 2011, durante o segmento inicial da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro – Etapa 1 – Quantos são os jornalistas brasileiros?", em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).⁹ O projeto pretende estimar as dimensões da categoria e sua distribuição territorial a partir do cruzamento de dados provenientes de cinco bases; uma

pois o Ministério do Trabalho e Emprego demorou a emitir orientações sobre o processamento de novos registros; pressão das entidades sindicais, várias delas se recusando a associar profissionais sem formação superior; desinteresse dos profissionais que já atuavam sem diploma e sem registro.

⁸ Empresas como O Estado de S. Paulo e o Grupo RBS, por exemplo, têm como norma contratar jornalistas com formação superior. O diploma também é uma condição para ingresso em diversos cursos de capacitação de trainees oferecidos por empresas do setor.

⁹ Participaram voluntariamente da coleta de dados os seguintes alunos de graduação em Ciências Sociais da UFSC, aos quais agradeço: Diego Abend Alano, Franciele Borges, Giovana Cristina Pansera, Jaques Vargas, Kerolin Edinete da Costa, Lígia Faria, Luana do Rocio Taborda, Mariana K. Correia, Marilena Soares de Almeida, Pedro Arantes Cecilio, Pedro Correia Guedes e Rafael Vicente. O trabalho foi supervisionado pelo bolsista de Mestrado do PPGSP, Luiz Paulo da Cas Cichoski.

delas estimará o volume anual de egressos de cursos de Jornalismo do país nas últimas três décadas.¹⁰

A próxima seção do texto apresenta a metodologia utilizada na coleta das informações e alguns de seus limites. Na seção seguinte, são apresentados e interpretados os dados; recorro a textos de Bourdieu para refletir sobre os possíveis usos estratégicos do capital escolar pelos agentes, no campo jornalístico.

Metodologia e limites do levantamento

A ausência de uma estimativa confiável sobre o número e a distribuição territorial dos cursos de Jornalismo no país condena vários estudos em andamento atualmente a basearem-se em amostra aleatória, em geral dependente do interesse do entrevistado em participar do levantamento. Tais escolhas metodológicas conduzem a resultados inevitavelmente enviesados em termos quantitativos – com implicações incontornáveis na qualidade das respostas. Há, portanto, todo um trabalho quantitativo a ser feito, para que se possa refletir com maior acurácia, em inúmeras dimensões qualitativas, sobre o impacto da expansão dos cursos superiores na configuração do campo jornalístico no Brasil.

Não é simples estimar o número de cursos superiores de Jornalismo no Brasil. Os dados fornecidos pelo Ministério da Educação no sistema eMEC ou no Censo da Educação Superior contêm uma série de imperfeições: incluem instituições que obtiveram autorização para criação do curso, mas não necessariamente o fizeram; excluem universidades que, dispondo de autonomia para definir os cursos que pretendem oferecer à comunidade, já têm cursos de Jornalismo há vários anos; oferecem dados incompletos quanto à autorização ou à data de início dos cursos; ignoram algumas instituições ou cursos de fato existentes. Além disso, não distinguem com clareza os cursos de Comunicação Social que oferecem a habilitação Jornalismo e incluem no resultado das buscas cursos extintos ou em extinção.

¹⁰ As demais são as seguintes: jornalistas registrados pelo Ministério do Trabalho; jornalistas sindicalizados; relação de empregadores de jornalistas na mídia; jornalistas com atuação identificada pela RAIS. A partir das relações nominais obtidas na primeira etapa, assim como das estimativas das dimensões da categoria e de sua distribuição territorial, na segunda etapa da pesquisa pretende-se realizar estudo do perfil profissional no país, por amostragem estratificada.

Tais imprecisões conduzem a equívocos, mesmo em pesquisas bem intencionadas. Fernandez (2010), por exemplo, ao mapear tendências profissionais e ocupacionais na área da comunicação no Brasil, debruçou-se sobre a formação universitária. Com dados do Censo da Educação Superior de 2008, estimou em 1.701 o total de cursos superiores presenciais em comunicação e áreas afins e em 644 o total em comunicação. Deles, apenas 15 mencionavam especificamente a formação em jornalismo (14 em jornalismo e um em rádio e telejornalismo). Do total, 549 eram especificamente cursos de comunicação social (FERNANDEZ, 2010, p. 95 e 99). Como as habilitações dos cursos de comunicação social não foram levadas em conta na pesquisa, o artigo tem a equívocos óbvios, como o de afirmar “que 67% das matrículas no curso de Jornalismo estão nas instituições públicas e 33% estão nas privadas, sendo que as públicas oferecem número maior de cursos” (id., ib., p. 103). A desigualdade da oferta entre instituições privadas e as públicas, constatada na totalização dos cursos de comunicação, se repete na formação de jornalistas, há mais de uma década, mas o texto trata os cursos de Jornalismo como “exceção” (id., ib., p. 103). Os equívocos metodológicos levam o artigo a estimar em apenas 85 o número de concluintes dos cursos de Jornalismo no país em 2008 (id., ib., p. 109).¹¹

Nesta pesquisa, a quantificação dos cursos de jornalismo em oferta no Brasil teve como ponto de partida duas fontes de dados primários: as relações de cursos disponíveis no sistema eMec e no Guia do Estudante, publicado anualmente pela Editora Abril. Os dados do MEC têm como origem os processos de autorização e reconhecimento dos cursos; alguns deles são repetidos pelo Guia, que realiza a checagem das informações junto a algumas instituições. Nenhuma das duas fontes é inteiramente confiável, porque a situação constatada em cada instituição de ensino é distinta da documentada no MEC (o número de vagas ofertadas por ano, por exemplo, pode ser menor; o curso pode ser extinto a qualquer momento ou não oferecido ao público, apesar da autorização).

¹¹ A partir dos dados do Censo, a autora projetou a taxa de crescimento no total de cursos e concluiu: “A previsão para 2011 é de 619 cursos, o que pode ser considerado um grande avanço se for levado em conta que há pouco mais de uma década existiam apenas 80 cursos de graduação em Comunicação no Brasil” (Fernandez, 2010, p. 101). Também concluiu que “com o aumento no número de cursos em comunicação, variou positivamente também o número de matriculados de 19.752, no ano 2000, para os 186.867 previstos para 2012. Consequentemente cresceu também o número de egressos e toda essa evolução, (*sic*) pode ser relacionada ao aumento da procura por esses profissionais”. Mas não é automática a relação entre a formação superior e o exercício profissional: percentual significativo dos matriculados não conclui o curso, em função dos vários fatores causadores da evasão; além disso, parte dos egressos pode decidir trabalhar em outra área.

Foram selecionados os cursos denominados “Jornalismo” ou “Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo”. A lista não comporta a modalidade de curso superior sequencial¹², nem cursos da área de gestão. Os dados aqui apresentados não incluem os cursos extintos ou em extinção (com turmas antigas em andamento, mas sem turmas novas). Quanto à data de início do curso, nos casos em que esta informação foi impossível de obter, utilizou-se a data da autorização. Nas situações em que uma mesma instituição de ensino oferta cursos em vários de seus câmpus, cada um foi considerado um curso diferente.

O cruzamento entre as duas bases produziu uma relação ampla de cursos. A partir dela, os pesquisadores identificaram os coordenadores de cada curso e realizaram contatos (por telefone e email), quando necessário, para a confirmação dos seguintes dados: a) nome e sigla da instituição; b) nome do curso (se “Jornalismo” ou “Comunicação Social – Jornalismo”); c) cidade e campus em que o curso é oferecido; d) número de vagas oferecidas por ano (e número de ingressos); e) turno(s); f) ano de início do curso; g) natureza da instituição; e h) número anual de egressos, por sexo.¹³

A pesquisa relativa a cada um desses indicadores continua em andamento; aqui são apresentados os primeiros resultados – sujeitos a revisões pontuais, decorrentes do desdobramento da investigação. Os dados colhidos até o momento permitem uma primeira interpretação sobre os seguintes indicadores (relativos ao período 1970-2010, década a década): ritmo de elevação da curva de oferta de cursos, natureza das instituições de ensino e distribuição territorial da oferta (total e em relação à natureza da instituição).¹⁴

¹² Oferecida por poucas instituições, como Facider e Senac/SP.

¹³ Os contatos são feitos por conexões telefônicas do tipo Voip, disponíveis para a pesquisa no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Como muitas instituições de ensino se recusam a fornecer informações sobre o número anual de egressos por sexo, tal dado será produzido por inferência, a partir de amostra intencional, colhida em cursos típicos do quadro, estratificados por território e natureza. Raras instituições manifestaram recusa institucional a cooperar com o levantamento; uma delas foi a Universidade Paulista (Unip), que informou por email: “A UNIP tem como regra não responder pesquisas”. Neste caso, os dados foram checados junto às secretarias de cada campus – algumas contribuíram com informações imprecisas, mas nenhuma delas se recusou a cooperar.

¹⁴ Estão em apuração ou tratamento dados referentes ao número de vagas ofertadas por ano (total e em relação à natureza da instituição), ao número estimado de egressos (e distribuição por sexo) por ano (total e em relação à natureza da instituição) e à relação entre oferta de vagas e número de egressos.

Dados e interpretações preliminares

O Brasil tinha, em 2010, 337 cursos superiores de jornalismo com turmas em andamento (Quadro 1). É um número significativamente inferior ao mencionado por Franciscato et al (2010), mas ainda indica o crescimento exponencial na oferta desses cursos: dez anos antes, eram 153; duas décadas antes, 63. Ou seja: no prazo de uma geração, o número de cursos de jornalismo foi multiplicado por cinco.

Quadro 1

Cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por década de início do curso

	Antes de 1970	Até 1980	Até 1990	Até 2000	Até 2010
Total de cursos	18	52	63	153	337

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

A expansão deve-se ao rápido crescimento no número de instituições de ensino privadas: do total hoje, 276 são privadas e 61, públicas. Dos 184 cursos criados a partir de 2001, apenas 27 são de instituições públicas. Até 1990, a situação era de equilíbrio, com ligeira vantagem para as instituições privadas (eram 37 de 63). Atualmente, a razão é de um curso público para quatro privados, mas a disparidade não está apenas aí: as instituições privadas ofertam número muito maior de vagas.¹⁵

Tal expansão representa democratização do acesso à formação superior na área, pois estendeu a oferta para todas as unidades da federação e, naquelas em que já existia, para mais municípios do interior. A possibilidade de estudar jornalismo ampliou-se em todas as regiões. Nos anos mais recentes, a oferta foi concentrada principalmente no interior. Entre 2009 e 2010, foram criados cursos de jornalismo em cidades como Xaxim (SC), Atibaia (SP), Rio Claro (SP), Betim (MG), Barra do Garças (MT), Seropédica (RJ) e Alto Araguaia (MT). A interiorização das universidades contribui para uma distribuição mais abrangente dos graduados no território nacional: antes concentrados nas capitais, os cursos de jornalismo promoviam a migração dos alunos – e apenas uma minoria voltava aos territórios de origem, depois de concluída a formação.

¹⁵ Os dados colhidos até agora ainda não permitem calcular o total de vagas ofertadas por ano e sua evolução diacrônica; este é um dos objetivos da pesquisa em andamento.

A análise da distribuição territorial dos cursos permite constatar expressivo crescimento absoluto na oferta, durante a primeira década de 2000, nas regiões Norte, Centro Oeste e, em grau um pouco menor, no Nordeste (Tabela 1). Em 2010, a distribuição regional dos cursos corrigira em dez pontos percentuais a hipertrofia da oferta na região Sudeste, uma década antes.¹⁶ No Sul, o crescimento da oferta no período foi mais uniforme que nas demais regiões.

Tabela 1

Distribuição regional dos cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por década de início do curso

	Até 1970		1980		1990		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sudeste	9	50,00	30	57,69	33	52,38	88	57,52	160	47,48
Sul	4	22,22	7	13,46	12	19,05	34	22,22	59	17,51
Nordeste	3	16,67	9	17,31	12	19,05	19	12,42	62	18,40
Norte	1	5,56	2	3,85	2	3,17	4	2,61	23	6,82
Centro Oeste	1	5,56	4	7,69	4	6,35	8	5,23	33	9,79
Total de cursos	18		52		63		153		337	

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

O ritmo da oferta na última década foi declinante (Quadro 2). A representação gráfica dos dados demonstra claramente a tendência de queda contínua na criação de novos cursos (Gráfico 1).

Quadro 2

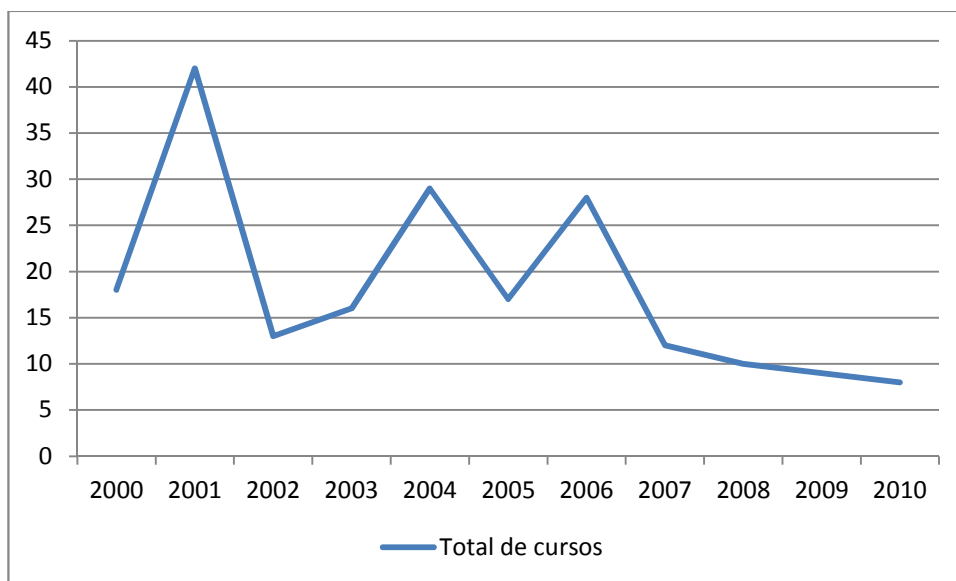
Cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por ano de início do curso (2000-2010)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total de cursos	18	42	13	16	29	17	28	12	10	9	8

Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

¹⁶ A conclusão refere-se ao número de cursos, não à oferta total de vagas; neste aspecto, provavelmente o Sudeste continua com mais da metade da oferta do país, em função do maior número de instituições de grande porte.

Gráfico 1 - Cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por ano de início do curso (2000-2010)



Fontes: eMec / Guia do Estudante Abril / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

Uma das causas dessa redução talvez sejam as decisões judiciais contrárias à exigência de formação superior para o exercício da profissão. Outra explicação pode estar em ajustes de mercado de instituições privadas em função da redução da procura pelos cursos, depois de pelo menos dez anos de expressiva oferta, capaz de atender à demanda reprimida por formação. Durante este período, grandes empresas de ensino, como Universidade Paulista (Unip) e Estácio de Sá, multiplicaram seus câmpus e cursos; a partir de 2005, contudo, surgiram sinais de esgotamento do ritmo de expansão, indicando um descasamento entre a oferta e a procura por vagas, principalmente entre as maiores instituições privadas. O processo de retração no segmento privado tem sido compensado pela política de aumento da oferta de ensino superior público. A qualidade dos cursos não pode ser aferida pelos dados aqui apresentados – mas é legítimo suspeitar que a redução na taxa de crescimento da oferta de cursos também pode contrabalançar a criação de número elevado de instituições de baixa qualidade no período anterior.

A despeito das decisões judiciais sobre a exigência de formação superior para o exercício do jornalismo, nunca foram tão numerosos os diplomados no país, nem tão distribuídos no território nacional. Como tal abundância inédita de graduados afetou a

reconfiguração do campo jornalístico na última década? A partir dos dados aqui apresentados, é possível formular questões e hipóteses.

A primeira hipótese é que, como resultado da multiplicação no número de egressos, intensificaram-se por todo o território os confrontos entre diplomados e não diplomados – até os anos 1990 confinados às poucas cidades dotadas de cursos superiores na área. Como notou Boudieu, “o diploma escolar (e a cultura, supostamente garantida por ele) é tacitamente considerado – tanto por seus detentores, quanto pelos outros – como um diploma legítimo para exercer a autoridade” (2007, p. 387). No campo em análise, a própria definição do que é jornalismo varia em função dos capitais mobilizados pelos agentes (Petrarca, 2008, p. 315-316; Barros Filho; Martino, 2003, p. 108). A tensão entre diplomados e não diplomados tende a repercutir, portanto, nas práticas profissionais.

No jornalismo, o saber profissional não tem um cânone. As variadas interpretações sobre o que constitui a identidade dessa profissão se confrontam de maneira desigual no *locus* do trabalho. Nele, se cristaliza uma experiência caracterizada pela repetição, mais que pela reflexão ou pela diferença. “O conjunto de procedimentos que constituem a produção jornalística se converte, para os próprios jornalistas observadores de suas múltiplas ações, numa rotina, com aspectos repetitivos, característicos de uma socialização intensa” (Barros Filho; Martino, 2003, p. 111).

O aumento no número de cursos de graduação, acompanhado de expansão significativa na pós-graduação, tornou mais robusto o subcampo acadêmico – força materializada na criação de instituições como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ).¹⁷ Vinculados ou não a estas organizações, os professores constituíram, em inúmeros cursos de jornalismo criados no período, espaços de reflexão (e, eventualmente, crítica) sobre as práticas profissionais realizadas em suas regiões de atuação. Combinadas, as tensões entre diplomados e não diplomados e as ações do subcampo acadêmico podem ter contribuído para reforçar, em alguns territórios, o polo ideológico do exercício do jornalismo, dotado de maior autonomia em relação ao polo econômico (Bourdieu, 1997).

Num contexto de profundas transformações nos processos de produção do jornalismo, os agentes dotados de formação superior certamente mobilizaram o capital

¹⁷ Para a história da constituição dessas instituições, ver: Castro; Melo; Castro, 2010, vol. 2.

escolar em suas estratégias de inserção no campo profissional. “O diploma representa não apenas uma forma específica de distinção social, separando o universo das profissões dos outros grupos sociais, mas um tipo específico de capital, que permite usos diferenciados e apropriações diversas” (Petrarca, 2007, p. 44). A identificação e a análise desses usos e apropriações, evidentemente, escapam ao alcance deste artigo; é possível, contudo, apontar alguns dos processos relacionados às transformações recentes na profissão, em relação aos quais os diplomados podem ter definido suas estratégias de atuação mobilizando seu capital escolar. Sigo a enumeração de Pereira e Adghirni (2011):

- 1) convergência da produção em níveis macro (concentração dos conteúdos em algumas empresas) e meso (criação de redações multimídia);
- 2) competição por novos mercados e mudanças nas condições econômicas da empresa jornalística;
- 3) embaralhamento das fronteiras entre o jornalismo e outras profissões;
- 4) enfraquecimento dos sindicatos;
- 5) redefinição das noções de liberdade de expressão e informação;
- 6) embaralhamento das fronteiras entre público e privado, entre os meios de massa e os meios de comunicação privados/individuais;
- 7) direito autoral sob pressão;
- 8) padrões e normas éticas sob pressão;
- 9) imposição de novas tecnologias nas redações;
- 10) emergência de novos estilos e gêneros (Pereira; Adghirni, 2011, p. 44-45).

O elenco de tensões que cercam a atividade, em empresas de mídia e fora delas, indica a complexidade que a atuação profissional na área pode alcançar. É possível, em casos assim, que não diplomados ocupem funções menos estratégicas no processo produtivo, enquanto os diplomados mobilizam os títulos que credenciam tacitamente sua competência para galgar posições mais elevadas na hierarquia profissional.

Por fim, em função da escala acelerada do crescimento na oferta de cursos, é possível que algumas das características demográficas dos egressos tenham afetado a morfologia do campo: turmas de egressos majoritariamente jovens e femininas podem ter estendido semelhantes características de idade e sexo ao conjunto da profissão, por exemplo.

Considerações finais

Os efeitos das políticas de expansão do ensino superior no Brasil desde meados dos anos 1990 começam a ser analisados. Concebidas para democratizar o acesso dos brasileiros à formação superior, resultaram em impressionante crescimento da oferta de vagas, inicialmente no setor privado e, a partir da segunda metade dos anos 2000, também no setor público (embora em menor escala). Os cursos da área de Comunicação chegaram a todos os estados e, neles, a regiões do interior antes desassistidas por esse nível de ensino. A notável imprecisão dos dados mencionados por Franciscato et al. (2010) indica que a análise dos efeitos da expansão no ensino superior – notadamente sobre a composição do mercado de trabalho e sobre a renda, mas também sobre a estruturação do campo acadêmico – será favorecida pela produção de indicadores mais precisos sobre a evolução da oferta e pela análise diacrônica desses dados.

Os jornalistas são uma categoria profissional estratégica para o estudo dos impactos das transformações contemporâneas no modo de produção capitalista sobre o mercado de trabalho. Quantificar os cursos superiores de formação de jornalistas, estimar a composição da oferta de vagas e o número de egressos no período em análise é fundamental para a realização de uma série de outras pesquisas destinadas a traçar o perfil dos formados, mapeando onde trabalham, quanto ganham, que funções ocupam, qual sua distribuição regional, por gênero, religião ou etnia e outras informações relevantes para a categoria, para os empregadores, para o movimento sindical e associativo, para a sociedade, para o governo.

Uma análise mais minuciosa do perfil da oferta de cursos superiores permitirá ainda a realização de pesquisas comparativas entre as características do ofício no Brasil e em outros países, como Portugal, Estados Unidos ou França, nos quais estudos sobre o perfil dos jornalistas têm sido feitos com regularidade. Também poderá contribuir, com uma diversidade de dados, para a reflexão sobre a composição dos currículos dos cursos de formação de jornalistas no país e para a redefinição das estratégias e políticas públicas de controle da oferta no território nacional, em função da demanda por profissionais da área.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ABREU, Alzira Alves. De românticos a profissionais. **Antropolítica**. Niterói, nº 5, 2º sem. 1998, p. 7-19.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CASTRO, D.; MELO, J. M. de; CASTRO, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. (3 vol.).
- FERNANDEZ, Andrea Ferraz. Tendências Ocupacionais e Profissionais. In: CASTRO, D.; MELO, J. M. de; CASTRO, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. V. 3. Brasília: Ipea, 2010, p. 63-172.
- FIGARO, R. (coord.) **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP. São Paulo: Fapesp, 2010. (Relatório de pesquisa). Disponível em <http://www.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp/index.php/pesquisas/2008-2010/>. Acesso em: 01/04/2011.
- FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira; KUHN, Wesley. **Jornalista contemporâneo**: apontamentos para discutir a identidade profissional. Intexto. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 57-69, jul-dez 2009.
- FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Edufsc; Insular, Ano V, n. 2, pp. 129-140, jul-dez 2008a.
- FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**. Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.
- FRANCISCATO, C. E.; SPENTHOF, E.; TONUS, M.; GADINI, S. L.. A produção do conhecimento no campo do Jornalismo. In: CASTRO, D.; MELO, J. M. de; CASTRO,

C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. V. 2. Brasília: Ipea, 2010, p. 99-116.

GOBBI, Maria Cristina. Panorama da Produção de Conhecimento em Comunicação no Brasil. In: CASTRO, D.; MELO, J. M. de; CASTRO, C. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. V. 3. Brasília: Ipea, 2010, p. 15-62.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo como profissão**. Recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PETRARCA, Fernanda Rios. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13. Florianópolis: UFSC, out. 2008, p. 311-329.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, v. 1, n. 24. Porto Alegre: UFRGS, jan-jun 2011, p. 38-57.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

VASCONCELOS, Izabela. Diploma: 40% dos registros são concedidos a jornalistas sem formação. **Comunique-se**, 30 jun 2011. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br/index.asp?p=Conteudo/NewsShow.asp&p2=idnot%3D59162%26Editoria%3D8%26Op2%3D1%26Op3%3D0%26pid%3D96603477721%26fnt%3Dfntnl>>. Acesso em: 20 ago 2011.